

GREVE DOS ESTUDANTES

Grande ato em defesa da FFLCH impeliu a Reitoria a negociar

O ato público em defesa da FFLCH, realizado em 19/6, teve como resultado imediato a reabertura de negociações entre a Reitoria e os estudantes. No seu encerramento (*leia texto nas páginas 5 e 6*), os manifestantes deslocaram-se até a Reitoria, tendo à frente um cordão formado pelos professores notáveis Aziz Ab'Saber, Francisco de Oliveira, Marilena Chauí e Octávio Ianni, de braços dados com o presidente nacional da CUT, João Felício, o diretor e o vice-diretor da faculdade, o presidente e o vice-presidente da Adusp.

Depois de alguns minutos de tensão, a Reitoria anunciou que receberia uma comissão. Os professores Aziz, Marilena, Oliveira e Ianni entraram na Reitoria, acompanhados de Felício, dos professores Francis Aubert, Renato Queiroz, Ciro Correia e Osvaldo Coggiola e do estudante Antonio David.

O reitor Adolpho Melfi estava viajando e foi repre-

sentado pelo vice-reitor, professor Hélio Nogueira da Cruz. Também participaram da reunião o diretor de Recursos Humanos, professor Gilberto Shiniashiki, e o chefe de gabinete da Reitoria, professor Celso Gomes.

Conduta criticada

Em sua fala inicial, o Vice-Reitor reafirmou a posição já manifestada em audiência pública na FFLCH, de que a contratação de 26 novos professores para a faculdade ainda em 2002 já representa um grande reforço do corpo docente da unidade.

Em seguida os professores notáveis manifestaram-se, fazendo severas críticas à conduta da Reitoria, em especial às declarações do Vice-Reitor sobre as professoras da FFLCH (às quais atribuiu parte da responsabilidade pelos problemas da unidade) e ao modo burocrático de tratar uma situação de emergência. Enfatizaram a importância



Daniel Garcia

Professor Antonio Candido, aclamado no ato de 19/6

da FFLCH e das humanidades, e exigiram uma resposta à altura da crise.

Os representantes da Adusp fizeram a proposta de formação de uma comissão tripartite, envolvendo estudantes, professores e a Reitoria, para conduzir a negociação em torno do número de professores a contratar. Os representantes da Reitoria aceitaram a proposta, ficando em aberto a data para a primeira reunião.

Representantes

Na assembléia de docentes da FFLCH realizada em 20/6, foram eleitos como representantes na comissão tripartite os professores Ariovaldo de Oliveira e Renato Queiroz. Eles serão assessorados pela professora Zilda Iokoi, que já vinha participando da Comissão de Claros.

Quanto à "comissão de notáveis", ficou acertado que ela será acionada caso as negociações não progridam.

Campanha salarial: negociações com Cruesp continuam, mas reajuste fica em 8%

Na última rodada de negociação com o Cruesp, realizada em 10/6, os reitores mantiveram o reajuste de 8% na data base. Avançaram apenas na antecipação, de novembro para outubro, da reavaliação quanto às receitas e comprometimento com pessoal com vistas a uma reposição salarial.

Enquanto ocorria o ato conjunto de funcionários,

alunos e docentes na frente da Reitoria da Unesp, aquela reunião de negociação passou a discutir os demais pontos de pauta. Registro histórico importante é que houve incorporação da representação estudantil das três universidades estaduais públicas para esta segunda fase das negociações. O Cruesp propôs que na próxima reunião sejam

discutidos os itens da pauta relacionados à reposição de docentes e funcionários nas três universidades e a questão salarial do Centro Paula Souza. O Fórum aceitou essa proposta e solicitou a marcação de data.

Com base nas apreciações que retornaram das assembléias, o Fórum constatou que havia um descompasso nas mobiliza-

ções nas três universidades e no Centro Paula Souza. Avaliou-se que neste momento seria importante reforçar a luta em torno dos demais pontos de pauta, até porque alguns dos movimentos localizados, particularmente na Unesp e na USP, relacionam-se justamente com a questão da política de contratações e expansão de vagas.

Seminário sobre expansão do ensino superior

Nos dias 17/6 e 18/6, o Fórum das Seis realizou o “Seminário sobre a Expansão do Ensino Superior do Estado de São Paulo”, no anfiteatro Franco Montoro da Assembléia Legislativa. Também no dia 18/6, ocorreu o ato de lançamento do Movimento Estadual em Defesa da Universidade Pública e Gratuita “SOS Universidade”, igualmente uma iniciativa do Fórum das Seis.

No dia 17/6, o tema “Diagnóstico e perspectivas de expansão do ensino público superior do Estado de São Paulo” foi debatido por Otaviano Helene, vice-presidente da Adusp, Samantha Neves, do DCE-USP, Cláudio Benedito Souza, membro do Conselho Estadual da Educação, e o deputado estadual César Callegari (PSB), atuando como mediadora Sueli Guadalupe Mendonça, do Fórum das Seis.

Foram discutidas as necessidades e perspectivas da expansão, bem como as possibilidades e limitações legais — como autonomia implica que as universidades são autônomas para criar cursos, ninguém pode obrigá-las a isso. Avaliou-se criticamente o tipo de expansão em andamento na Unesp, sem a fixação de docentes nos novos *campi*: os docentes são itinerantes. Também a questão orçamentária e econômica foi objeto de debate, por suas implicações na expansão: o Estado tem dinheiro, mas o governo não.

Outras questões tratadas foram as dificuldades encontradas para a aprovação da PEC 14/2000, que constitucionaliza o repasse de 9,57% do ICMS para as universidades públicas do Estado, e o papel dos estudantes na luta pela expansão.

Formas de expansão

No dia 18/6, o seminário tratou do tema “Formas de expansão do ensino superior no Estado de São Paulo”,

com a participação do professor Adolpho Hengeltraub, da Adunicamp (mediador); do professor Luiz Fernando da Silva, da Adunesp; da deputada Maria Lucia Prandi (PT), presidenta da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa; e de Sérgio Custódio, do Movimento dos Sem Universidade. Quando precisou deixar o debate, por ter outro compromisso no momento, a deputada Maria Lúcia Prandi foi substituída na mesa pelo deputado César Callegari, vice-presidente da Comissão de Educação.

O reitor da Unesp e presidente do Cruesp, José Carlos Trindade, enviou na véspera ofício ao Fórum dizendo que, face a outros compromissos previamente agendados, não iria comparecer. O secretário de Ciência e Tecnologia, Ruy Martins Altenfelder, não respondeu ao convite e não compareceu.

Todos os debatedores defenderam a necessidade da expansão do sistema público estadual de educação superior em São Paulo, e de que qualquer proposta nesse sentido seja submetida ao debate antes de ser apresentada, ao contrário do procedimento que marcou o projeto apresentado pelo Cruesp em 2001. Foi denunciado de modo enfático que as propostas ora em debate na Unesp, e a criação de novas Fatecs, têm sido autoritariamente impostas pelas administrações dessas instituições.

Material para CPI

A deputada Maria Lúcia Prandi fez referência à questão das fundações privadas que atuam nas universidades estaduais paulistas, em particular junto à USP. Destacou a importância da audiência pública sobre o tema realizada em 2001, e mencionou que face às solicitações encaminhadas pela comissão após o evento, a Comissão de Educação rece-



Daniel Garcia

O professor Otaviano Helene no seminário, no dia 17/6

Moção de repúdio ao descaso dos Reitores

“Magníficos Reitores da USP, Unesp e Unicamp,

Nós, participantes do ‘Seminário sobre Expansão do Ensino Superior do Estado de São Paulo’, expressamos por meio desta moção nosso descontentamento e indignação com a ausência dos Senhores neste evento.

Entendemos que este encontro é de suma importância para os diversos segmentos aqui representados: docentes, discentes, funcionários das universidades públicas do Estado de São Paulo, bem como as entidades políticas presentes.

Portanto, fica assim registrado nosso repúdio ao descaso demonstrado pelos Senhores.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
18 de junho de 2002.”

beu muitos documentos do Tribunal de Contas, entre outros, e já haveria material suficiente para uma CPI sobre essas fundações.

Ela esclareceu que, no caso específico da USP, foi encaminhado ofício para a Reitoria solicitando uma série de informações. A Reitoria, explicou ela, atendeu parcialmente ao pedido e requereu mais 90 dias para completar as informações. A Comissão recusou-se a conceder esse prazo adicional e manteve a solicitação original.

Perguntada se, quando da aprovação, pela Assembléia Legislativa, de recursos complementares de R\$ 50 milhões em 2001 para a expansão do ensino superior público, essa verba teria vindo “carimbada” para ser aplicada especificamente

na criação de novos *campi*, como tem afirmado o Reitor da Unesp, a deputada foi taxativa: “A verba não era carimbada”, era sim para a expansão, não necessariamente em novos *campi*. Em seguida ela manifestou ainda seu desacordo com o fato de a partição feita entre as três universidades não ter respeitado os mesmos percentuais utilizados para fazer o repasse dos recursos do ICMS para essas instituições.

PSDB barra 14/2000

O deputado Callegari, por sua vez, informou que o PSDB continua a obstruir a aprovação da PEC 14/2000, apesar do acordo de lideranças que havia sobre a proposta. Ele lamentou que a ausência dos reitores tivesse

provocado o cancelamento do evento sobre recursos complementares para as universidades, marcado para aquele mesmo dia, às 14h30, na Assembléia, e para o qual o Fórum das Seis havia sido convidado, entre outras entidades.

Callegari informou que vai insistir na aprovação da PEC 14/2000 e na realização de nova audiência sobre a necessidade de recursos complementares e da solução quanto às verbas para pagamento das aposentadorias, que hoje saem dos recursos ordinários das universidades (“não é possível colocar dois pés no mesmo sapato”).

Esclareceu que o governo tenta demovê-lo da redação original da PEC 14/2000, acenando para a possibilidade de aprovação de outro texto, que inscreveria na Constituição apenas a responsabilidade do governo pela destinação de recursos para as universidades — e deixaria a questão do percentual para lei ordinária, de iniciativa do governo. Ele não aceita essa opção, e vai insistir em que a proposta original entre na pauta de votação.

“SOS Universidade”

O ato de lançamento do Movimento Estadual em defesa da Universidade Pública e Gratuita “SOS Universidade” teve início às 15h45 do dia 18/6. Compuseram a mesa os professores Antonio Luiz de Andrade, da Adunesp e do Fórum das Seis, Ciro Correia, presidente da Adusp e coordenador do Fórum das Seis, e Lisete Arelaro (representante da Anped), Denise Rykala, do Sinteps, Samantha Neves, do DCE-USP, Walber Monteiro, diretor de escolas públicas da UEE, Alexandre dos Santos Lopes, do comando de greve dos estudantes da Unesp de Marília, a deputada Maria Lúcia Prandi e os deputados César Callegari e Jamil Murad (PCdoB).

Todos destacaram a impor-

tância do evento, a necessidade de agregar todos os movimentos sociais nessa luta (MST, MSU, MUB, Fedep, Andes, Fasubra etc.) e o caráter de lançamento da campanha, que será fortalecida ao longo do segundo semestre.

Ao final, a mesa do evento encaminhou e o plenário aprovou de modo unânime:

a) a proposta do deputado Jamil Murad de que todas as entidades se empenhem em denunciar e repudiar a presença no país, em breve, do secretário-adjunto de Estado dos EUA para a América Latina, Otto Reich, conhecido por sua participação em golpes antidemocráticos e por sua intervenção nas questões internas de outros países;

b) uma moção de repúdio pela ausência, no evento, dos reitores das três universidades estaduais (*leia texto no quadro da página 2*).

COP veta novos cursos no Interior, mas 4 são aprovados

Na reunião da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), no dia 17/6, foi vetada a criação de 14 cursos nos *campi* do interior, para os quais seriam necessários 184 novos professores. O veto foi proposto pela representação discente, que ressaltou a importância de se resolver primeiramente os problemas de contratação de professores para a FFLCH.

No dia seguinte, porém, uma reunião ampliada — incluindo além da COP a Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), a Comissão de Claros, representantes da Reitoria e interessados na criação dos cursos — aprovou que se criassem quatro cursos, para os quais seriam

contratados 60 docentes.

Para o representante discente na COP, José Menezes, essa decisão é um contrassenso. “Estão deixando de atender uma demanda já existente (a da FFLCH), para resolver uma questão que está sendo posta agora. É impensável a precarização de cursos já existentes, em favor de novos cursos”.

Os cursos criados são de Engenharia Ambiental e Engenharia Elétrica com ênfase em Energia e Automação, em São Carlos; Ciências da Informação e Documentação, e licenciatura em Química, ambos em Ribeirão Preto. Foi aprovada proposta de ampliação de vagas em cursos do ICMC de São Carlos

CJ aprova processo seletivo do IF, mas direção fala em “mudar formato”

Após receber parecer da Consultoria Jurídica (CJ) favorável à realização de processos seletivos para contratação de docentes tal como vinham ocorrendo, a direção do Instituto de Física pretende abrir novos processos seletivos. O IF havia adiado a abertura de novos processos, depois que a Justiça Estadual proferiu sentença anulando um processo seletivo realizado em 2001 (*Informativo Adusp* 119).

Este mesmo processo seletivo havia sido contestado administrativamente no IF, antes de chegar à Justiça. Isso porque, na primeira fase do processo seletivo, eliminatória, fora constituída uma pré-banca examinadora formada por não especialistas da área, e um candidato reprovado recorreu, questionando a sua regularidade.

O recurso foi acatado pela Congregação do IF, que anulou o processo. O candidato vencedor do processo seleti-

vo, que seria contratado caso não houvesse a anulação, recorreu à Congregação. Seu recurso foi negado, mas seguiu para o CO, onde foi aceito, em 17/5/02, com base na surpreendente alegação de que, por não se tratar de um concurso público, não precisava seguir as regras dos concursos públicos.

Diante de decisões divergentes da Justiça e do CO (que, ao tomar a decisão de acatar o recurso do candidato vencedor, já estava ciente da sentença judicial que determinou a anulação do processo seletivo), a direção do IF resolveu adiar novos processos seletivos e solicitar um parecer da CJ.

“Formato amparado”

Segundo o parecer, a alegação do CO é válida e processos seletivos futuros podem ser levados adiante da mesma maneira que aquele invalidado na justiça, havendo porém sempre

a possibilidade de que uma decisão judicial provoque sua anulação.

Para driblar essa ameaça, o professor Gil Marques, diretor do IF, afirmou que os processos seletivos só serão retomados após a discussão de um novo formato na Congregação do IF. Segundo ele, a decisão de um juiz em primeira instância “não cria jurisprudência”, e processos semelhantes poderiam ser aprovados na justiça mesmo com a reprovação deste. Mesmo assim, ele defende que o IF se proteja de eventuais recursos. “Tentaremos agora elaborar um formato que fique o mais amparado possível pela legislação.”

Quando ao processo de 2001 contestado na Justiça, o diretor informou que vai esperar que seja “julgado em última instância”, acatando assim a orientação da CJ. Até lá, a contratação do candidato escolhido fica suspensa.

Adusp leva Reitoria a corrigir ações da CERT

A iniciativa da Adusp de organizar uma relação de nomes de docentes dos quais a CERT tem, indevidamente, solicitado relatórios, questionado os regimes de trabalho ou utilizado o inaceitável recurso de desligá-los e em seguida readmití-los em RDIDP, foi divulgada no *Informativo Adusp* edições 114, 115 e 116, e recebeu a adesão de 42 colegas.

Em reunião realizada com a Reitoria, em 22/4, os representantes da Adusp entregaram ao professor Adolpho Melfi a relação com os 42 nomes, encaminhada por um ofício pedindo providências “para que estes docentes e todos os outros que se encontram nestas situações sejam tratados como docentes em exercício permanente no RDIDP, sendo portanto dispensados de atender às exigências impostas pela CERT, como a de apresentar novos relatórios, ou a de responder aos questionamentos sobre permanência no RDIDP”.

Reitoria dispensa 27 de relatório

A Reitoria, em 11/6, em resposta ao ofício da Adusp, informou que a situação de cada um dos 42 docentes foi analisada e que os casos foram agrupados em quatro categorias:

Grupo 1: docentes que já estavam no RDIDP, como contratados, com estágio de experimentação concluído, tendo sido recentemente (1999, 2000 e 2001) aprovados em concursos e para os quais a CERT solicitou relatório de desempenho. São 27 docentes que ficam dispensados de apresentar relatório para a avaliação de permanência no RDIDP.

Grupo 2: docentes que foram desligados e religados ao RDIDP na mesma data e que, portanto, reingressaram no regime em estágio de experimentação. A Reitoria apresenta uma relação com oito nomes e afirma

que esses docentes “que se encontram submetidos a um segundo período de experimentação poderão, caso se considerem ajustados ao RDIDP, solicitar, com a anuência e justificativa do respectivo departamento, o encerramento de seu período de experimentação”.

Grupo 3: docentes para os quais foi solicitada a prorrogação do estágio probatório. A Reitoria apresenta nomes de três colegas nessa situação.

Grupo 4: docentes (quatro) nomeados há menos de seis anos no RDIDP e que se encontram no estágio probatório.

A situação dos sete colegas incluídos nos grupos 3 e 4 será analisada pela Adusp.

Experimentação

A ação da Reitoria no sentido de corrigir os abusos cometidos pela CERT contra os 27 docentes incluídos no grupo 1 deveria ser estendida para os oito colegas do grupo 2 e para todos os demais docentes da USP que se enquadrem nesses casos. O procedimento de desligar docentes do RDIDP e, em seguida, religá-los, para que um novo período de experimentação tenha início, não é admissível do ponto de vista ético e nem regimento. Os oito docentes do grupo 2 foram admitidos antes de 1990 e estão sendo mantidos, através de mecanismos inaceitáveis, há mais de oito anos em período experimental. Portanto, embora não seja razoável que a Reitoria condicione o encerramento de seu período de experimentação às justificativas dos departamentos, cabe ao docente avaliar a conveniência de acatar ou contestar tal decisão.

A situação desses docentes é irregular, e esse mecanismo utilizado pela Reitoria que permite que o docente permaneça até dezesseis anos em período de experimentação não encontra respaldo

legal, havendo fundamento mais que suficiente para uma contestação judicial. A diretoria da Adusp se coloca à disposição dos colegas para discutir encaminhamentos possíveis e adianta que fará gestões junto à Reitoria para que as injustiças cometidas sejam sanadas.

Regimento da Cert

As providências no sentido de corrigir os abusos e injustiças cometidos pela CERT são urgentes e necessárias. Mudanças no Regimento Interno da CERT também são. A alteração na resolução 3531/89, aprovada em 14/5 de 2002 pelo CO, estabelece que processos de concursos públicos de ingresso na carreira não mais serão encaminhados à CERT quando o candidato já pertencer à carreira docente da USP, ou o docente

da USP já se encontrar no regime de trabalho previsto no edital. Essa é apenas uma das mudanças necessárias.

A Reitoria deixou clara, em mais de uma oportunidade, a sua posição de que a CERT deveria voltar a exercer seu papel original de controle administrativo do cumprimento dos regimes de trabalho docente. Também manifestou sua opinião, concordando com a Adusp, de que as avaliações individuais dos docentes devem ser de responsabilidade exclusiva dos Departamentos e Unidades.

Para que os dispositivos legais fiquem coerentes com essas atribuições, é necessário que as resoluções 3531/89 e 3533/89 do Regimento Interno da CERT, que tratam da sua constituição e atribuições, e o artigo 91 do Estatuto sejam alterados.

Adusp e a crise no Sintusp

A diretoria da Adusp enviou ao Fórum das Seis e ao Sintusp manifestação sobre os recentes acontecimentos que envolvem a direção da entidade que representa os funcionários da USP. A Adusp considera que a demissão de uma funcionária do Sintusp que denunciou ter sido vítima de assédio sexual, bem como outros episódios ligados a esse, são “incompatíveis com a democracia” e “conturbam a convivência democrática”, devendo ser revistos. A seguir, a íntegra do documento:

“É com preocupação que a diretoria da Adusp-S.Sind. vem acompanhando a crise que se instalou no Sintusp em decorrência de uma denúncia de assédio sexual. Constitui ato inaceitável a desqualificação do relatório elaborado por Comissão constituída pela própria diretoria do Sintusp para examinar o caso, não tendo sido permitida sua divulgação nos veículos do Sindicato.

Além disso, causa estranheza que o arquivamento do processo pela justiça tenha sido adotado como desculpa para encaminhamentos incompatíveis com a democracia e contra os quais todas as forças progressistas têm sempre lutado.

Assim, assistimos à demissão sumária da funcionária do Sindicato que foi autora da denúncia, à qual fora garantido amplo direito de manifestação, bem como a tentativa de expurgar do Sindicato companheiros legitimamente eleitos e historicamente comprometidos com a defesa da universidade e com a luta por uma sociedade mais justa.

Estas atitudes conturbam a convivência democrática não apenas no Sintusp, mas também no Fórum das Seis e organizações estudantis, empenhados em árdua luta em defesa das universidades estaduais paulistas.

É imperioso que o Sintusp tome providências para imediata reversão deste quadro.”

Ato em defesa da FFLCH lota anfiteatro

Fotos: Daniel Garcia

O ato “Em Defesa da FFLCH”, realizado em 19/6, foi uma demonstração de força da comunidade universitária. Cerca de 1.200 pessoas lotaram o Anfiteatro Camargo Guarneri para exigir da Reitoria a imediata contratação de professores para a FFLCH. Após o ato, que durou três horas, o público saiu em passeata e dirigiu-se à Reitoria, onde uma comissão foi recebida pelo Vice-Reitor.

Nesta reunião, que teve duração de quase duas horas, foi aberto um canal de negociação efetivo entre os estudantes em greve há quase dois meses e a administração da USP, decidindo-se a formação de uma comissão tripartite (estudantes, professores e Reitoria), que deverá negociar o número de claros docentes a preencher.

Organizado pela Adusp, o ato “Em Defesa da FFLCH” contou com a presença dos professores notáveis Antônio Cândido, Aziz Ab’Saber, Francisco de Oliveira, Octávio Ianni e Marilena Chauí, todos entusiasticamente aplaudidos em sua chegada à mesa e depois, quando falaram ao público.

Também compuseram a mesa o diretor da FFLCH, professor Francis Aubert; o professor João Zanetic, representando o Andes-SN; os estudantes Antônio David, Renato Correa da Silva e José Menezes, representando, respectivamente, o corpo discente da FFLCH, o DCE e a APG; Magno Carvalho, diretor do Sintusp; o vereador Carlos Gianazzi, do PT (depois substituído pelo suplente de deputado federal Ivan Valente); e o presidente nacional da CUT, João Felício.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, coordenou a mesa e abriu os trabalhos lendo manifestação da diretoria da entidade. O documento diz ser injustificável, “sob quaisquer



O anfiteatro da USP foi pequeno para as mais de 1.200 pessoas que prestigiaram o ato de 19/6

escusas”, a crise de falta de professores na FFLCH.

“É de responsabilidade das autoridades universitárias solucionar o problema providenciando as contratações necessárias via concursos públicos de ingresso na carreira em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa”, assinala o texto. “Destaque-se que em termos orçamentários as contratações necessárias para solucionar a crise significam muito menos que 1% do orçamento da USP, enquanto a FFLCH é responsável por 20% das matrículas desta Universidade”.

“Janela”

O diretor da FFLCH, após lembrar que a faculdade “é uma das maiores e mais complexas unidades” da Universidade, observou que, pela forte presença dos extratos de menor renda no seu corpo discente, ela é “uma das poucas ‘janelas de oportunidade’, na USP, do grupo social majoritário, para usar o jargão neoliberal”. Ele denunciou o desmantelamento da faculdade pela Reitoria. “Nesse sentido, é cabível falar em crise de identidade na faculdade, quando o nosso ethos viu-se



A frente da passeata, acompanhada por emissoras de televisão

desgarrado do dia-a-dia na Faculdade de Filosofia. E os nossos alunos de graduação tomaram a iniciativa corajosa de resgatá-lo”.

O presidente da CUT comparou a crise vivida pela faculdade com aquela que aflige o ensino médio e fundamental, apontou as mazelas provocadas pelo modelo econômico neoliberal e enfatizou a importância da aliança entre o saber universitário e o mundo do trabalho, representada no ato de 19/6.

Os estudantes, que falaram em seguida, comentaram que o movimento estudantil vem acumulando forças desde 1998, quando houve a primeira paralisação na FFLCH para discutir a qua-

lidade dos cursos, e tomou corpo com a greve de 2000 e o combate às fundações privadas em 2001. “A greve da FFLCH está mostrando a autonomia do movimento estudantil, e sua capacidade de influenciar as decisões da Universidade”, declarou Renato, do DCE.

“A estratégia da Reitoria é nos jogar uns contra os outros. Eles alegam que a situação seria diferente se os professores cumprissem seus horários. Gostaria de dizer que essas acusações são estérteis. Estamos muito coesos”, disse Antonio David, destacando a união de professores e alunos na luta em defesa da faculdade. “A comunidade da FFLCH não se conforma com a miséria e a mediocri-



Estudantes denunciam autoritarismo da Reitoria

dade”, encerrou, sob fortes e prolongados aplausos.

“Pensamento crítico”

Os discursos dos professores notáveis retomaram a história e a formação da FFLCH. O professor Antonio Cândido comentou o papel fundamental da faculdade na formação de um pensamento crítico e de análise da sociedade brasileira. “A fundação da Faculdade de Filosofia em 1934 trouxe um elemento novo. A mentalidade formada pelas velhas faculdades era uma mentalidade de identificação e apoio às elites. E a mentalidade que foi aos poucos se desenvolvendo na FFLCH foi ligada à reflexão crítica em relação a estas elites. É este pensamento crítico radical que está em jogo”.

Em sua fala, o professor Aziz Ab’Saber voltou a essa questão. Dirigindo-se ao anfiteatro repleto de estudantes, elogiou o movimento estudantil: “Vocês simbolizam um novo país, à margem das elites, seguros em seus ideais”. Aziz ressaltou o caráter cultural do movimento, os atos e atividades programadas pelos estudantes durante quase dois meses de paralisação.

Os motivos que levaram à greve e a maneira como ela está sendo conduzida também foram ressaltados pelos professores Francisco de Oliveira, Octavio Ianni e Marilena Chauí. “Dessa vez ninguém poderá dizer que a universidade está em greve por interesses corporativos. É muito claro que se está defendendo uma universidade pública, gratuita e laica”,



Comissão foi recebida no gabinete do Reitor

Em Defesa da FFLCH-USP

Manifesto de Alarme

A USP está correndo o risco de se desvirtuar como universidade. Predomina mundialmente uma ideologia tecnocrática-mercantilista, que relega as humanidades a um segundo plano, privilegiando o investimento em setores supostamente portadores de maior impacto no mercado, ou de maior prestígio imediato. O modo com que foi tratada a necessidade urgente de contratação de professores para a FFLCH, como condição mínima de sobrevivência, mal esconde o projeto de transformá-la num apêndice secundário de uma universidade “de pesquisa”, onde as ciências humanas poderiam coexistir com salas superlotadas, cursos fragmentados, ausência de inter-disciplinaridade e outras mazelas.

Reafirmamos nossa defesa de uma universidade pública, baseada na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, na inter-disciplinaridade e no esforço comum em prol de objetivos sociais. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas foi a matriz histórica da USP, incluindo inicialmente as ciências exatas e básicas, as quais depois, formaram institutos independentes. O pensamento crítico deve ser a base de toda abordagem científica séria em qualquer área de conhecimento. A FFLCH-USP, isto é sabido, tem dado uma contribuição decisiva para o desenho de um retrato crítico do Brasil, perante o mundo e a própria sociedade brasileira, e para o estabelecimento de uma base de excelência para as ciências humanas no país todo.

A FFLCH-USP está, hoje, lutando pela sua sobrevivência. Essa luta é de interesse de todos os que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade, de todos os que lutam por um Brasil justo e solidário, sem exploradores nem explorados. Sem FFLCH não há USP, sem ciências humanas não há universidade.

Antonio Candido

Aziz Ab’Saber

Francisco de Oliveira

Marilena Chauí

Octávio Ianni

Francis Henrik Aubert – Diretor da FFLCH

João Felício – Presidente da CUT

Ciro Teixeira Correia – Presidente da Adusp-S.Sind.

Oswaldo Coggiola – Vice-Presidente da Adusp-S.Sind.

declarou o professor Francisco de Oliveira. Octavio Ianni foi além e disse que a greve está expondo o dilema da universidade pública no Brasil. “A universidade está ameaçada e deve se proteger e defender uma proposta de trabalho intelectual”.

A professora Marilena Chauí disse entender que o número de professores re-

vindicados pela faculdade não precisa ser tomado ao pé da letra, mas deve ser visto antes como um símbolo do que se deseja como formação universitária de qualidade. Criticando a postura tecnocrática dos dirigentes da Universidade e suas atitudes em relação à greve, disparou: “A Reitoria não consegue compreender as reivindicações, porque elas

escapam a quem está fora do universo do pensamento”.

Música

Ao final do ato, foi aprovado por aclamação um manifesto, assinado pelos professores notáveis presentes (leia no quadro). E o professor José Miguel Wisnick, do curso de Letras, cantou uma canção de sua autoria.